

# Inauguração da Cátedra Unesco/USP de Educação para a Paz, Direitos Humanos, Democracia e Tolerância

*Flávio Fava de Moraes*  
*Umberto G. Cordani*  
*José Mário Pires Azanha*



Texto disponível em [www.iea.usp.br/artigos](http://www.iea.usp.br/artigos)

As opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade do autor, não refletindo necessariamente as posições do IEA/USP.

# **Notícia sobre a criação e implantação da Cátedra UNESCO de Educação para a Paz, Direitos Humanos, Democracia e Tolerância, na Universidade de São Paulo**

***Flávio Fava de Moraes***  
*Reitor da Universidade de São Paulo*

1. Por iniciativa da UNESCO e da Universidade Federal do Rio de Janeiro realizou-se, nessa cidade, de 12 a 16 de setembro de 1994, o Encontro sobre Tolerância na América Latina e no Caribe sob a coordenação da Professora Doutora Vera Vidal docente daquela Instituição. Tivemos a oportunidade de participar desse evento na qualidade de conferencista. Nessa ocasião, propusemos a conveniência de uma mais estreita colaboração entre a UNESCO e a USP. Logo, no retorno desse encontro, formalizamos essa proposta, encaminhando à UNESCO (Serguei Lazarev, Divisão de Filosofia e Ética) uma sugestão preliminar para realização, na USP, de um seminário que teria como meta “discutir os principais papéis desempenhados pelas Ciências na constituição da Solidariedade como um processo, tendo em vista a melhoria das condições da vida humana com ênfase especial na responsabilidade dos cientistas no que concerne a esses papéis...”

2. Ainda, no âmbito do Encontro do Rio, cogitou-se da idéia de criação de uma Cátedra da UNESCO, sediada na USP, a exemplo de iniciativas semelhantes em várias partes do mundo, conforme sugestão já feita por Celso Garbaz, do Comitê Internacional Executivo da Anistia Internacional, em abril de 1994. Em consequência dessa idéia, solicitamos informações à UNESCO sobre o assunto (Janusz Symonides, Divisão de Direitos Humanos, Democracia e Paz), ao mesmo tempo em que pedimos o apoio a esse pleito. Segundo orientação recebida, dirigimo-nos ao Senhor Federico Mayor, Diretor Geral da UNESCO, no final de 1994, fazendo a proposta formal de criação da referida Cátedra. No início de 1995, recebemos resposta favorável e, logo mais, minuta de um contrato que concretizaria essa iniciativa conjunta da UNESCO e da USP.

3. Em março, a Reitoria encaminhou à UNESCO correspondência acerca do contrato proposto, analisado e assinado, designando ao mesmo tempo os Professores Doutores

Nachmann Falbel (FFLCH) e Roseli Fischmann (FE) “para a preparação dos subsídios e para o acompanhamento pela USP das providências referentes à concessão e planejamento da Cátedra”.

4. Logo em seguida, o Instituto de Estudos Avançados (IEA) foi consultado sobre a possibilidade de sediar a Cátedra em cuja criação a USP tanto se empenhara. Com a anuência de seu Conselho Deliberativo à consulta, o próprio Instituto designou comissão especial para “estabelecer o perfil e as linhas de atuação da Cátedra” a partir de consultas a professores e pesquisadores de outros institutos, incluindo aqueles que, por designação da Reitoria, vinham prestando assessoria para que se pudesse firmar o Convênio (Agreement) que institucionalizaria a criação e a implantação da Cátedra.

5. Em setembro, o Prof. Dr. Umberto Cordani esteve em Paris, discutindo os termos do convênio entre UNESCO e USP e, no seu retorno, promoveu reunião especial à qual compareceram Alfredo Bosi, Bety Mindlin, Dina Kinoshita, Kabengele Munanga, Marco Antonio Tavares Coelho, Maria Victoria Benevides, Nachmann Falbel, Rosa Esther Rossini, Roseli Fischamnn e Sérgio Adorno.

6. Finalmente, em novembro, a Reitoria recebeu cópia do Convênio (Agreement) já assinado pelo Diretor Geral da UNESCO e assim, com nossa assinatura, oficializou-se a criação da Cátedra UNESCO/USP de Educação para a Paz, Direitos Humanos, Democracia e Tolerância.

7. O IEA, dando prosseguimento aos preparativos para implantação da Cátedra, propôs o texto do que viria a ser a Portaria-GR n° 2983, de 17 de janeiro de 1996. Nos termos dessa Portaria, encaminhou à Reitoria lista tríplice, para escolha do Responsável (Coordenador) pela Cátedra, bem como a indicação dos Membros do Conselho de Coordenação que, inicialmente, ficou assim composto: Paulo Sérgio Pinheiro, Maria Victória Benevides, Kabengele Munanga, Nilson José Machado, Alberto Castiel, Margarida Genevois, Fábio Konder Comparato, Celso de Rui Beisiegel, Dina Kinoshita e Oded Grajew. Como responsável foi designado José Mário Pires Azanha.

Em resumo, o processo de criação da Cátedra UNESCO/USP de Educação para a Paz, Direitos Humanos, Democracia e Tolerância, primeira em país de língua portuguesa, desenvolveu-se ao longo de dois anos, desde as primeiras discussões até a sua instalação. O

êxito da iniciativa foi fruto do desempenho das pessoas referidas nesta breve notícia, com especial destaque aos esforços de Roseli Fischmann e de Nachmann Falbel, no Brasil, e de Serguei Lazarev e Janusz Symonides, na França, sede da UNESCO.

# **Cátedra UNESCO de Educação para a Paz, Direitos Humanos, Democracia e Tolerância**

***Umberto G. Cordani***

*Diretor do Instituto de Estudos Avançados*

## **APRESENTAÇÃO**

É com grande satisfação que o Instituto de Estudos Avançados da USP apresenta os relevantes resultados obtidos pela Cátedra USP-UNESCO de Educação para a Paz, Direitos Humanos, Democracia e Tolerância, a partir de sua implantação em meados de 1996.

Esta Cátedra faz parte de uma rede acadêmica internacional, compreendendo cerca de vinte iniciativas similares, no mundo, coordenadas pela UNESCO, a organização das Nações Unidas que inclui como uma de suas vocações principais a preocupação com as liberdades fundamentais da humanidade. Por outro lado, trata-se da primeira dessas instituições localizada num país de língua portuguesa, e deve ser considerado uma honra que a Universidade de São Paulo tenha sido escolhida para sediá-la. Ao mesmo tempo, foi também uma honra para o IEA ter sido escolhido pelo Magnífico Reitor da USP como a unidade da Universidade que melhor poderia dar andamento as atividades preconizadas pelo convênio USP-UNESCO, o qual estava sendo preparado no final de 1995.

O Conselho Deliberativo do Instituto considerou com grande interesse as matérias relativas à implantação da Cátedra, em várias oportunidades. Preparou um regulamento para o seu funcionamento, indicou os elementos do Conselho da Cátedra entre personalidades de alto nível, incluindo algumas externas à USP, preparou a lista tríplice para a escolha de seu Responsável por parte do Reitor, e determinou que o Instituto proporcionasse à Cátedra estrutura e condições para o seu funcionamento diário, tais como secretaria, facilidades para comunicação, recursos para reuniões e eventos acadêmicos, etc.

A Cátedra USP-UNESCO tem por objetivo principal o de promover um sistema integrado de pesquisa, treinamento, informação e documentação nos campos de direitos humanos, paz, democracia e tolerância, bem como facilitar a colaboração regional de professores e pesquisadores nacionais e internacionais com o “staff” da Universidade de São Paulo. Os textos que se seguem, e os demais anexos reunidos neste número especial da

“Coleção Documentos” do IEA, desde já caracterizam o desempenho e demonstram a importância das atividades exercidas pela Cátedra, em seu período inicial de atuação. Só nos resta desejar à Cátedra USP-UNESCO de Educação para Paz, Direitos Humanos, Democracia e Tolerância, nas pessoas de seu Responsável e dos demais membros de seu Conselho, o melhor dos sucessos nas iniciativas e desenvolvimentos futuros.

# O Significado da Cátedra UNESCO/USP\*

**José Mário Pires Azanha**

*Coordenador da Cátedra UNESCO/ USP*

Há cerca de uma década foram publicados dois trabalhos com propósitos diferentes, mas que tinham em comum a preocupação com as relações entre democracia e educação.

O interesse em considerá-los aqui conjuntamente está no fato de que, apesar de suas diferenças, até mesmo com relação às realidades sociais que tomaram como referência, eles convergiram para uma conclusão idêntica no que diz respeito às relações entre democracia e educação. Em ambos os casos, concluiu-se pelo malogro dos regimes democráticos no cumprimento da promessa educacional.

O primeiro trabalho - um Manifesto Educacional intitulado *A Proposta Paidéia* - teve como objetivo a indicação de soluções possíveis para que os Estados Unidos pudessem alcançar, ainda neste século, o ideal formulado por John Dewey, em 1916, segundo o qual em uma sociedade democrática todas as crianças deveriam ter não apenas a mesma quantidade, mas também a mesma qualidade de educação. Segundo o Manifesto, neste final de século, a sociedade americana já conseguiu estender a todos uma escolaridade fundamental de doze anos, cumprindo “pela metade a promessa democrática de oportunidade iguais”, tendo falido, porém, no desenvolvimento de um sistema público de ensino que não divida as crianças “em carneiros e bodes, entre aqueles destinados somente ao trabalho árduo e aqueles destinados à liderança política e econômica”.

Quanto ao outro trabalho referido, *O Futuro da Democracia*, seu autor, Norberto Bobbio, examinando as transformações da democracia nas sociedades atuais, incluiu “a educação para a cidadania” como uma das promessas não cumpridas pelos regimes democráticos. A propósito desse fato, ele cita Stuart Mill que, em uma de suas obras, ao lembrar que há cidadãos ativos e cidadãos passivos, afirmou que a democracia necessita dos primeiros, mas os governantes muitas vezes preferem os segundos. Talvez estejam aí, insinua Bobbio, as raízes de uma crescente apatia política nos países democráticos apesar dos esforços, nas últimas décadas, dos cientistas políticos com seus discursos em defesa da educação para a cidadania.

---

\* Texto apresentado na instalação da Cátedra UNESCO de Educação para a Paz, Direitos Humanos, Democracia e Tolerância, em 26 de abril de 1996.

Parece-nos que essa conclusão sobre o malogro dos regimes democráticos, no alcance de padrões educacionais compatíveis com a própria idéia de cidadania, indica o grande desafio da educação no mundo de hoje que é o da formação do cidadão, simplesmente. Os países desenvolvidos, como disse o Manifesto Paidéia, cumpriram a tarefa pela metade, ampliando e estendendo a escolaridade fundamental para todos. Resta agora o trabalho de impedir que esse ganho seja anulado por uma escola que marque as crianças para serem, no futuro, separados em cidadãos ativos e cidadãos passivos ou, como foi dito cruamente, em bodes e carneiros.

No Brasil, esse quadro fica agravado porque aqui ainda há crianças sem escolas e a escola pública existente exhibe elevados índices de repetência e de evasão. Por isso, dentre os vários encaminhamentos possíveis para as atividades da Cátedra UNESCO, “nenhum sobreleva em importância” aquele que se refere ao problema da democratização do ensino fundamental público, porque com relação a ele nem mesmo foram cumpridas as metas de sua universalização. Ao propor a questão nesses termos não se desconhece a abrangência da iniciativa conjunta da UNESCO e da USP, mas pretende-se apenas indicar a prioridade democrática do ensino fundamental, pois é nele que se enraízam destinos pessoais e situações sociais que convivem diuturnamente com a intolerância e a violência.

Não se trata, pois, de descartar de plano a relevância de outras questões educacionais e sociais como objetos de reflexão e de pesquisa no âmbito das atividades da Cátedra. Aliás, se houvesse esse estreitamento, haveria uma indesejável redução dos propósitos políticos de iniciativa da UNESCO e da USP a uma questão pedagógica. Não se pretende essa redução, mas a fixação do entendimento de que - no quadro das nossas carências sociais - os esforços para repensar a formação básica do cidadão, em todas as suas dimensões, têm uma importância e uma urgência maiores do que nos países mais desenvolvidos. A participação nesses esforços deve ser a vocação da Cátedra que ora se instala.

O fato de que países do mundo desenvolvido, não obstante a completa extensão da escolaridade básica, tenham malogrado quanto à formação para a cidadania apesar dos discursos e dos esforços de organizações governamentais e não-governamentais, sugere que o nó da questão pode estar no próprio universo das práticas escolares. Muitas vezes, a exaltação dos valores democráticos atinge a escola apenas retoricamente por meio de rituais - inerentes ao exercício da democracia no campo político - mas que transplantados para o mundo escolar transformam-se num alegre e inconseqüente “faz-de-conta”



pedagógico que convive com práticas escolares marcadamente antidemocráticas. A formação para a cidadania exige a alteração dessas práticas.

Por isso, é de alto interesse que a Cátedra UNESCO estimule a investigação empírica e a reflexão que permitam identificar as práticas e os padrões de convivência, presentes e rotineiros na vida escolar, mas que se afastam e até mesmo contrariam os autênticos valores da vida democrática.

**BIBLIOGRAFIA:**

ADIER, Mortimer Jerome. A Proposta Paidéia, trad. de Marília L. Couri, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1984.

BOBBIO, Norberto. O Futuro da Democracia, trad. de M.A. Nogueira, São Paulo, Paz e Terra, 5a. edição, 1992.